

CIDADE E SAÚDE: O Hospital Real de Todos-os-Santos de Lisboa (séculos XVI-XVIII)

City and Health: The All-Saints Royal Hospital of Lisbon (16th-18th century)

Joana Balsa de Pinho¹
Edite Martins Alberto²

Artigo recebido em: 25/07/2020.

Artigo aceito em: 25/08/2020.

RESUMO:

Fundado com a anterioridade a 1492, em Lisboa, o Hospital Real de Todos-os-Santos foi o primeiro edifício público hospitalar de iniciativa régia em Portugal. Em atividade até 1775, quando se inicia a sua demolição, o edifício, marcou o desenho da cidade, dos seus espaços públicos e de circulação, tornando-se um símbolo do poder régio e de urbanidade. Tendo por base a documentação administrativa pertencente ao arquivo do hospital, obras de autores coevos, iconografia da cidade e várias documentação de outros fundos, este texto procura contribuir para a compreensão do edifício e para a sua caracterização como espaço de saúde. Pretende-se igualmente analisar o hospital como local social, elemento ordenador do espaço urbano, e símbolo cívico, prestigiador dos seus promotores, na linha em que têm sido estudados outros hospitais europeus por Félez (1979), Bianchi e Sloń (2006) e Piccini (2016).

¹ Licenciada e Doutora em História da Arte pela Universidade de Lisboa e Mestre em Museus e Museologia pela Universidade de Alcalá, desenvolve investigação nas áreas da arquitetura assistencial e hospitalar de finais da idade média e do renascimento. Desde 2018, é investigadora responsável do projeto “Hospitalis – Arquitetura hospitalar em Portugal nos alvares da Modernidade”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Presentemente é Investigadora Auxiliar no Artis – Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. E-mail: joanabalsapinho@gmail.com.

² Doutorada em História Moderna (Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2011) e tem mestrado em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa (NOVA FCSH, Lisboa, Portugal, 1994). É investigadora integrada do CHAM - Centro de Humanidades, unidade de investigação da NOVA FCSH e Universidade dos Açores. Atualmente exerce funções como técnico superior no Núcleo de Estudos Históricos do Departamento de Património Cultural da Câmara Municipal de Lisboa, onde é uma das coordenadoras do projeto “Hospital Real de Todos-os-Santos: a cidade e a saúde na época moderna”. Tem experiência como investigadora na área do património cultural e da história de Portugal, nomeadamente sobre a presença europeia no Norte de África durante a época moderna, confirmada por várias publicações e comunicações em encontros científicos nacionais e internacionais. Link: <https://www.cienciavita.pt/portal/801C-F398-2CE7>. E-mail: editealberto@gmail.com.

PALAVRAS-CHAVE: História hospitalar; Idade Moderna; urbanismo e arquitetura; poder cívico.

ABSTRACT:

Founded before 1492 in Lisbon, the All-Saints Royal Hospital was the first public hospital built in Portugal by royal initiative. The building defined the design of the city, its public spaces and became a symbol of royal power and urbanism until the beginning of its demolition in 1775. Based on the administrative documentation belonging to the hospital archive, editions by authors of the time, iconography of the city and various documentation of other funds, the text seeks to contribute to the understanding of the building and its characterization as a health space. It is also intended to analyze the hospital as a social place, as an ordering element of urban space, and as a civic symbol prestigious of its promoters, in line with other European hospitals that have been studied by Félez (1979), Bianchi and Słoń (2006) and Piccini (2016).

KEYWORDS: Hospital history; Early Modern Era; Urbanism and architecture; civic power.

1. Introdução

O presente texto pretende, a partir da investigação realizada em dois projetos que estão em curso – Hospital Real de Todos-os-Santos: a cidade e a saúde e Hospitalis – arquitetura hospitalar em Portugal nos alvares da modernidade³ – abordar como o Hospital Real de Todos-os-Santos, considerado o primeiro hospital moderno em Portugal, a sua arquitetura e integração na cidade, refletem aspetos relacionados com a promoção da saúde, visando simultaneamente um ideal cívico.

Para tal usaremos, além das fontes documentais contemporâneas de natureza político-administrativas, relatos de autores coevos e material iconográfico. Este último é particularmente relevante, uma vez que este importante hospital já não existe,

³ Hospital Real de Todos-os-Santos: a cidade e a saúde pública promovido pela Câmara Municipal de Lisboa em parceria com o CHAM – Centro de Humanidades (NOVA FCSH) e coordenado por André Teixeira, Edite Martins Alberto e Rodrigo Banha da Silva (https://www.cham.fcsh.unl.pt/pr_descricao.aspx?ProId=113) ; e Hospitalis – Arquitetura hospitalar em Portugal nos alvares da modernidade promovido pelo Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes, em parceria com o ARTIS - Instituto de História da Arte e coordenado por Joana Balsa de Pinho (<https://projecthospitalis.net/pt/>).

tendo sido demolido nos finais do século XVIII, em função da mudança de instalações do mesmo para o antigo Colégio de Santo Antão. Esta antiga casa jesuíta, que ficou desocupada após a expulsão desta ordem religiosa por iniciativa de Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal, secretário de Estado do rei D. José I, foi doada ao hospital com vista à sua transferência para o local. Assim, o presente estudo, que se foca em aspetos arquitetónicos e espaciais de um edifício desaparecido, assume uma dimensão cripto-artística (SERRÃO, 2001) que se traduz de forma muito significativa em termos metodológicos e ao nível dos resultados de investigação.

Os hospitais do Renascimento têm suscitado a atenção da historiografia por diversos motivos: pela imponência e a sumptuosidade dos edifícios, devido à intensa identidade cívica que ostentam; pela centralidade, material e simbólica que ocupam na malha urbana; pela eficácia das soluções assistenciais que aportaram a um território em mudança social e económica; por se terem constituído, nomeadamente a partir de Itália, como um modelo que se espalhou pela Europa entre os finais da Idade Média e os inícios da Idade Moderna, período em que se consolidou a reforma da assistência que abrangeu todo o continente (PICCINNI, 2016, p. 18). Também o hospital real de Todos-os-Santos em Lisboa foi objeto de significativa produção historiográfica, nomeadamente de estudos realizados nas últimas décadas do século XX, por conta da comemoração do quinto centenário da sua fundação, e, mais recentemente, de alguns trabalhos académicos⁴. Todavia, a questão histórico-artística foi sempre mais complexa de abordar, devido ao desaparecimento do Hospital, e esteve quase sempre focada na questão do modelo arquitetónico utilizado e das suas fontes e origens. É neste âmbito que este texto pretende dar um contributo. Uma primeira parte será dedicada ao contexto da fundação deste hospital, que se integra num processo que abrangeu toda a Europa relacionado com a reforma e a reorganização da assistência e que convergiu em diversos aspetos, não apenas relativos à saúde; as outras duas seções referem-se ao edifício hospitalar e às suas características arquitetónicas, em

⁴ Destes estudos destacam-se CARMONA, 1954; CARVALHO, 1992; CORREIA, 1944; MOITA, 1992; PEREIRA (dir.), 1993; PACHECO, 2008; RAMOS, 2019; SALGADO, 2015.

conformidade com questões estéticas, sanitárias e propagandísticas, e à sua relação com a cidade e o espaço urbano.

O hospital moderno, medicalizado, enquanto espaço terapêutico foi edificado nas cidades para implementar práticas de cura e a promoção da saúde. Relacionado com estas questões puramente sanitárias, a este hospital pode-se atribuir um relevante papel simbólico. Segundo Isabel dos Guimarães Sá “o grande hospital trona-se num elemento essencial da modernidade em termos urbanos” (SÁ, 1998, p. 44); o crescimento populacional, económico e administrativo da cidade, mas também a constatação de que o sistema assistencial medieval era ineficiente, o crescimento da noção de bem comum e da necessidade de redistribuição da riqueza como obrigação dos poderes políticos, incentivaram à municipalização da assistência. Como defende Gabriella Piccinni: “O hospital, em suma, podia restituir algo muito importante: a boa reputação” (tradução nossa) (PICCINNI, 2016, p. 15)⁵.

E este fato é comum a toda a Europa, como refere Concepción Félez para o caso espanhol,

os Reis Católicos fundaram o Hospital Real de Granada. Mas também fundaram o Estado moderno em Espanha [...]. Acreditamos que ambas as fundações são indissociáveis. Partem de um mesmo projeto supõem uma mesma estrutura ideológica e social. O hospital é, pois, uma figura nova que surge com o novo estado. Para aparecer necessita assim não só de um novo funcionamento político, mas também do aparecimento de novas relações sociais, e com elas de uma nova ideologia política, uma nova ideologia artística, etc... (tradução nossa) (FÉLEZ, 1979, p. 8)⁶.

Esta perspetiva aplica-se igualmente ao contexto português e aos monarcas D. João II e D. Manuel I, promotores e impulsionadores do Hospital de Todos-os-Santos.

⁵ “L’ospedale, insomma, poteva restituire loro alcune cose molto importanti: la buona reputazione”.

⁶ “los Reyes Católicos fundaron el Hospital Real de Granada. Pero también fundaron el Estado moderno en España [...]. Creemos que ambas fundaciones son indisociables. Parten de un mismo proyecto y suponen una misma estructura ideológica y social. El hospital es, pues, una figura nueva que surge con el nuevo estado. Para aparecer necesita así no sólo de un nuevo funcionamiento político, sino también la aparición de unas nuevas relaciones sociales, y con ellas una nueva ideología política, una nueva ideología artística, etc...”.

2. Contexto da fundação do Hospital Real de Todos-os-Santos

Por todo o território europeu, entre os séculos XV e XVI, ocorreu uma reforma da assistência que assumiu diferentes vias, designadamente, a fusão de pequenos hospitais num de maiores dimensões e com maior capacidade de atuação, mas também a centralização da administração dos diversos hospitais locais numa instituição única ou a especialização das instituições existentes no tratamento de determinados doentes ou necessitados⁷.

O caso português reflete igualmente esta complexidade, mas iremos centrar-nos no exemplo do Hospital Real de Todos-os-Santos que representa um caso de fusão de instituições e de construção de um novo edifício hospitalar, concebido segundo um modelo arquitetónico em voga na Europa.

O Hospital Real de Todos-os-Santos foi fundado, em Lisboa, com anterioridade a 1492 por iniciativa do rei D. João II, todavia a ideia da sua criação remonta a 1479, data da bula *Ex debito sollicitudinis* (13 agosto 1479) que “autorizava a construir um amplo hospital na cidade de Lisboa, com faculdade de unir e incorporar no mesmo, os outros hospitais e casas de assistência” da cidade (PMM, 2, doc. 22). Mais tarde, uma outra bula, *Iniunctum nobis*, com data de 21 de fevereiro de 1486, permite ao monarca “unir os diversos hospitais de pobres e de meninos abandonados de cada cidade ou povoação insigne de seus reinos e domínios ao hospital maior de cada localidade” (PMM, 2, doc. 24).

O testamento D. João II (1495) refere a vontade do rei quanto à gestão do futuro hospital, tendo por referência as mais relevantes instituições similares italianas:

[...] Mando que se faça o dito spital na maneira que he começado e a governança do dito spital se faça como parecer bem a meu testamenteiro, o qual quíria que pouco mais ou menos siguisse o Regimento que se tem

⁷ Sobre o contexto da reforma da assistência que decorreu na Europa e as suas diferentes vias e impactos na realidade portuguesa a síntese apresentada em PINHO, 2020b.

em Florença e Sena e todollos spitaaes da cidade de Lixboa se converteram em elle com todallas rendas e propriedades e cousas como mo tem outorgado o santo padre pera sua bulla aplica [...]»⁸.

A criação do Hospital Real de Todos-os-Santos é um dos momentos-chave da reforma assistencial que decorreu Portugal, entre os finais do século XV e o século XVI, acompanhando movimento europeu similar. A instituição constituiu o lugar experimental e o modelo a aplicar nos restantes territórios do reino. Todavia este processo reformista foi antecedido por diversas iniciativas que decorreram desde as últimas décadas do século XIV e que, embora isoladas, antecipavam este contexto reformador e alinhavam-se temporalmente com o que acontecia na toda a Europa. De igual modo, este processo de reforma da assistência teve outras componentes para além da reorganização e fusão das instituições hospitalares, nomeadamente a reforma das capelas, a realização de inventários de propriedades, elaboração de livros de contas, nomeação de funcionários para a gestão das confrarias e hospitais e a criação das Misericórdias⁹.

Fig. 1 – Vista panorâmica de Lisboa



Fonte: Autor desconhecido. Gravura. Georg Braun e de Frans Hogenberg, *Civitates Orbis Terrarum*, Livro Primeiro, Estampa 2, Colónia, 1572. BNP, CC. 176 P1. Acessível em: <https://purl.pt/22596>

⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Gavetas, gav. 16, mç. 1, n.º 16.

⁹ Sobre a reforma da assistência em Portugal ver ABREU, 2002; ABREU, 2016; ARAÚJO, 2001; SÁ, 1998; PINHO, 2020a.

A criação do Hospital de Todos-os-Santos resultou da fusão de cerca de quatro dezenas de pequenos hospitais existentes na cidade de Lisboa, que passaram a constituir uma nova instituição hospitalar, com mais recursos, mais eficaz administrativamente, capaz de prestar melhores cuidados de saúde e um mais eficiente apoio aos mais necessitados. Ou seja, a criação destes novos hospitais gerais foi influenciada por princípios de eficácia de gestão, questões financeiras, mas também políticas de saúde.

Em Portugal, o rei – como *pater patriae* – assume-se como o protagonista da reforma da assistência; não será o único agente, mas será um dos principais, quer fundando ele próprio os hospitais, quer incentivando outras personalidades a fazê-lo. Como nos diz João Brandão em 1552, “[...] Na Cidade [de Lisboa] não havia senão hospitais de homens oficiais mecânicos, os quais não tinham forças para prover das coisas necessárias a eles: como Príncipe piedoso, querendo prover e pondo por obra” (BRANDÃO, 1999 [1552], p. 123), o rei D. João II decidiu a construção do novo hospital.

Este processo de redução e reorganização dos hospitais, tal como se verificou em toda a Europa desde o século XV ao XVI, é um processo complexo que também detém uma componente urbanista e arquitetónica, pois para o funcionamento destes novos hospitais, muitas vezes foram construídos edifício de raiz. Como refere Francesco Bianchi

o aspecto propagandístico da reforma não deve ser negligenciado: a arquitetura do hospital forneceu um cartão de visita prestigioso para a cidade, como [aconteceu] em Florença ou Milão. Vale a pena acrescentar que o mesmo grupo de artesãos trabalhava simultaneamente no portão principal da cidade, na fábrica do novo grande hospital, que se situava diante, e na Casa da Câmara (tradução nossa) (BIANCHI E SŁOŃ, 2006, p. 34)¹⁰.

¹⁰ “Inoltre, non va trascurato l’aspetto propagandistico della riforma: l’architettura ospedaliera forniva un prestigioso biglietto da visita per la città, come a Firenze o a Milano. Vale la pena di aggiungere che lo stesso gruppo di artigiani lavorava contemporaneamente presso la principale porta cittadina, presso la fabbrica del nuovo ospedale grande lì di fronte e presso il palazzo comunale”.

3. A conceção arquitetónica do Hospital Real de Todos-os-Santos: espaço salutogénico

Embora a construção do Hospital Real de Todos-os-Santos tenha sido pensada e planeada pelo rei D. João II, foi o seu sucessor, D. Manuel, quem a concretizou. Este monarca teve um papel reformador importante em diversos níveis da sociedade e também ao nível do urbanismo e da renovação da cidade. No dizer de Joaquim de Oliveira Caetano, o reino transformou-se num estaleiro e a promoção das artes como a pintura, escultura e iluminura surgem associadas à promoção de uma nova simbologia de auto comemoração e auto celebração do rei, do reino e do império (CAETANO, 1998).

Fig. 2 – Hospital Real de Todos-os-Santos, pormenor da vista panorâmica de Lisboa



Fonte: Autor desconhecido. Gravura. Georg Braun e de Frans Hogenberg, *Civitates Orbis Terrarum*, Livro Primeiro, Estampa 2, Colónia, 1572. BNP, CC. 176 P1. Acessível em: <https://purl.pt/22596>

Diz-nos o humanista Garcia de Resende, na *Crónica do rei D. João II*, num capítulo intitulado “do fundamento e principio do espital grande de Lisboa”, que

no anno de mil e quatrocentos e noventa e dous a quynze dias do mes de Mayo mandou el-rey [D. João II] perante si fundar e começar os primeiros aliceses do espirital grande de Lixboa da invocaçam de Todos Sanctos, na maneira em que ora está feito, o qual lugar era horta do Moesteiro de Sam Domingos. E nos primeyros aliceses el-rey por sua mão, por honrra de tam sancto, tam grande, e piadoso edificio, lançou muytas moedas d'ouro: e esse dia andou todo ahi vendo ccomo se começava, e comeo em casa do Conde de Monsanto que he pegada ccom a horta do dito Espirital (RESENDE, 1554, f. LXXXV).

A instituição do hospital, a sua construção, e os discursos que se criam em seu torno, transformam-no um símbolo do poder real, reforçado, mais tarde, pela aposição no portal da igreja de elementos escultóricos representando o pelicano a alimentar as crias – símbolo de D. João II –, o escudo real e a esfera armilar – símbolo de D. Manuel I –, como nos mostram algumas gravuras.

Com construção iniciada c. 1492, o hospital estaria ainda em obras entre 1497 e 1499, pois os administradores das capelas, hospitais e confrarias da cidade de Lisboa que não apresentassem capelães no tempo determinado pelo rei incorriam numa multa a reverter a favor das obras do Hospital de Todos-os-Santos (PMM, 3, doc. 63). O mesmo acontecia com os aposentadores e oficiais da aposentadoria que tomassem casas destinadas ao hospital novo sem informar primeiramente o provedor¹¹. Os primeiros oficiais de serviço direto ao hospital são nomeados pelo rei em 1502: boticário do hospital, cozinheiro, cirurgiões, enfermeiro, lavadeira, alfaiata, enfermeira da enfermaria das mulheres, além de cargos administrativos, e em 1503, guarda das portas, hospitaleiro, despenseiro, barbeiro e sangrador, provedor e vedor¹².

O modelo arquitetónico escolhido para o novo hospital real – a icónica planta cruciforme –, teve influência do projeto que António Averlino, chamado Filarete, fizera para o Hospital Maior de Milão. Destacando-se nele os três elementos que caracterizam o cânone arquitetónico dos hospitais italianos do renascimento (BOCCADORO, 2019, p. 68): as enfermarias com formato de cruz grega, os pátios e

¹¹ ANTT, Hospital de São José, Registos dos reinados de D. João II e D. Manuel, livro 938, f. 17v.

¹² ANTT, Chancelaria de D. Manuel, livro 2, ff. 43, 46, 48, 53v.; livro 35, ff. 18v., 20v., 22, 22v., 28v., 33v., 34v. e 34v.a, 37v., 68.

a *loggia* ou galeria porticada. Este modelo cuja origem estaria em Santa Maria Nuova de Florença (DIANA, 2019, p. 17), foi replicado nos edifícios. No entanto, se em Florença esta planimetria foi alcançada por sucessivas intervenções e adições ao edifício, nos hospitais de Génova (1447), Pavia (1448-1450), Mântua (1449-1450) e Milão (1448-1456), as enfermarias em forma de cruz estão previstas desde o projeto (DIANA, 2019, p. 17-21; BOCCADORO, 2019, p. 68).

O facto de se construírem edifícios especificamente para servirem fins hospitalares e com uma tipologia arquitetónica específica é em si mesmo um aspeto particular da reforma da assistência que atingiu toda a Europa:

Um outro aspeto não secundário desta reforma foi o aparecimento de uma verdadeira e específica arquitetura hospitalar, que se expressa na construção de edifícios projetados para funcionarem como hospital. Tratava-se de uma outra novidade relativamente ao passado, porque pela primeira vez começaram-se a difundir modelos arquitetónicos especialmente concebidos para organizar o espaço hospitalar em função da atividade assistencial, enquanto anteriormente os hospitais estabeleciam-se como estruturas anónimas e/ou eram construídos para outros usos, e complementados por outros espaços através da agregação, muitas vezes, desordenada de edifícios contíguos e preexistentes (tradução nossa) (BIANCHI E SŁOŃ, 2006, p. 17)¹³.

A planimetria em cruz grega, o esquema arquitetónico mais usado neste período para a arquitetura hospitalar, inicialmente aplicada na Lombardia, inspirando-se em exemplos toscanos, difunde-se por toda a Europa. Os novos edifícios procuravam responder a duas necessidades fundamentais próprias do contexto urbano quatrocentista e quinhentista:

a criação de amplos espaços capazes de acolherem serviços sociais e sanitários cada vez mais procurados, e a realização de símbolos

¹³ “Un altro aspetto non secondario di queste riforme fu la comparsa di una vera e propria architettura ospedaliera, che si espresse attraverso la costruzione di edifici progettati per funzionare come ospedali. Si trattava di un'altra novità rispetto al passato, perché per la prima volta cominciarono a diffondersi modelli architettonici ideati appositamente per organizzare gli spazi ospedalieri in funzione delle attività assistenziali, mentre in precedenza gli ospedali si insediavano in strutture anonime e/o già costruite per altri usi, e si arricchivano di nuovi reparti tramite l'aggregazione spesso disordinata di fabbricati contigui preesistenti”.

monumentais da magnificência cidadina, de âmbito assistencial (tradução nossa) (BIANCHI E SŁOŃ, 2006, p. 18)¹⁴.

O aparecimento de uma arquitetura hospitalar autônoma vai conferir aos hospitais uma importância específica não apenas a nível urbanístico, mas sobretudo a nível funcional, porque permitia reconhecer, na organização estrutural destes edifícios, os espaços propriamente reservados ao exercício da arte médica e da atividade terapêutica. Segundo Bianchi e Słóń, a medicalização do serviço hospitalar e a implementação de novos modelos arquitetônicos eram um processo que prosseguia paralelamente e convergia na definição do hospital moderno como é entendido hoje (BIANCHI e SŁOŃ, 2006, p. 18-19).

Os autores coevos referem o hospital de Todos-os-Santos como um edifício de exceção, todavia mais pelas suas características estéticas, sumptuosidade e grandeza, e impacto urbano do que pela função sanitária que exercia. A mais antiga alusão surge na bula *Hodie a nobis* (1516), de Leão X, pela qual se concede ao rei D. Manuel I que as rendas e dízimos das ilhas e penínsulas do Tejo revertam para o Hospital de Todos-os-Santos de Lisboa: “ao esprital de Todos-os-Santos de Lixboa o qual elle mandara fazer de obra asaz sumtuossa” (PMM, 3, doc. 13).

Em 1554, Damião de Gois, na sua *Urbis Olisiponis descriptio* destaca sete grandiosos edifícios

de entre estes, o primeiro, é a Igreja da Misericórdia [...] [também um espaço de assistência]. Em segundo lugar, segue-se um outro exemplo de misericórdia e humanidade, ou seja, um sanatório público de pobres e doentes, chamado Hospital de Todos-os-Santos. [...] Em frente do portal de entrada deste hospital estende-se uma vasta esplanada, ou campo [o Rossio], rodeada por uma série quadrada de belos edifícios, de onde partem os vales de Santo Antão e da Mouraria [...]. Ao lado direito do hospital, do norte para o poente, está situada a Igreja de São Domingos, e um colégio de grande fama (GÓIS, 1998 [1554], p. 47-49).

¹⁴ “rispondevano così a due necessità fondamentali nel contesto urbano rinascimentale: la creazione di ampi spazi in grado di ospitare servizi sociali e sanitari sempre più richiesti, e la realizzazione di simboli monumentali della magnificenza cittadina, anche in ambito assistenziale”.

O hospital real da capital é referido como um edifício emblemático da cidade e uma referência no seu ambiente construído.

É o mesmo autor que nos fornece uma das mais antigas descrições do edifício e que é totalmente coincidente com as gravuras coevas que representam esta construção:

está o edifício dividido em quatro claustros com jardins muito aprazíveis; tem trinta e quatro arcadas para as quais, em toda a volta, dão habitações magníficas ocupadas com refeitórios e dormitórios, providos convenientemente de camas e roupas limpíssimas. [...] Junto ao hospital estão umas casas, ou dependências, para diversas categorias de empregados: tesoureiros, procuradores, médicos, farmacêuticos, e outros funcionários; assim, em qualquer emergência ou necessidades, estão sempre disponíveis e poderão prestar serviço aos doentes, de dia e de noite, com diligência e rapidez (GÓIS, 1998 [1554], p. 48-49).

Esta descrição de Góis permite perceber que o edifício hospitalar não era apenas pensado para atender os mais necessitados, mas também para ter no seu espaço de influência um conjunto de outros espaços destinados aos diferentes profissionais que serviam o hospital e eram fundamentais para que cumprisse a sua função como espaço de assistência, mas também assegurasse a sua sustentabilidade como instituição.

O edifício em forma de cruz, com uma função bem determinada, permitia diversas possibilidades: o acesso e uma circulação mais rápida entre as alas através de corredores de ligação entre os claustros, a especialização de cada uma destas alas no tratamento de um tipo de doença, e a confluência de todas elas na zona da capela-mor da igreja para que os doentes dos seus leitos pudessem assistir à celebração da eucaristia, ritual importantíssimo, pois a cura da alma e a cura do corpo eram inseparáveis (LEITE, 1993, p. 14).

O inventário dos bens do hospital, datado de 1564, refere a existência dos seguintes espaços no edifício hospitalar quinhentista: capela; oratório; enfermarias das febres para homens, das febres para mulheres, dos males para homens, dos males para mulheres, dos feridos, corredor dos homens, no hospital de baixo e enfermaria do

Capuchos; casa da lenha; cozinha; botica; despensa; rouparia¹⁵. Informação praticamente coincidente com o que refere o Regimento do Hospital, datado de 1504.

Detalhes sobre o interior do hospital, enquanto espaço macro, designadamente enfermarias, cozinhas, botica e outras dependências, mas também como realidade micro, espaços dentro de espaços, encontramos em Frei Nicolau de Oliveira no seu *Livro das Grandezas de Lisboa* (1620). Este autor é o que melhor nos informa, sobre os espaços internos do hospital de Todos-os-Santos, embora sendo uma fonte mais tardia. O edifício dispunha de três enfermarias, S. Cosme, Sta. Clara e S. Vicente, nelas

os leitos estão postos em compartimentos, dentro de uns arcos, para que os corredores fiquem livres, por questões de higiene; assim a limpeza é mais fácil. [...] A capela-mor da igreja, muito alta e larga, fica no fecho da Cruz deste edifício do hospital. Por três janelas que tinha os enfermos ouviam Missa, deitados nos seus leitos (OLIVEIRA, 1620, f. 119).

Tanto no texto de Damião de Góis como de Frei Nicolau o aspeto sanitário mais destacado é a limpeza: “camas e roupas limpíssimas”, no primeiro caso, e corredores livres “por questões de higiene; assim a limpeza é mais fácil”, no segundo. A questão da limpeza encontrava-se associada à saúde ou pelo menos à ausência de doença, como tal os edifícios hospitalares apresentavam características que procuravam a sua manutenção, logo a preservação da saúde ou, dito de outro modo, o edifício e a sua conceção eram influenciados por medidas sanitárias. Um outro dado fornecido por Nicolau de Oliveira reforça esta questão:

Esta obra, e artificio do hospital está fabricada em figura de Cruz de quatro braços iguaes, ficandolhe em os quatro angulos quatro claustros muy grandes, lageados de pedraria, e hum poço d'agoa no meo de cada hum, tirando o claustro sobre que cae a cozinha, que pera sua limpeza fica o poço a hum canto (OLIVEIRA, 1620, f. 118v.).

O Regimento do hospital de 1504 também dá ênfase à questão da limpeza, referindo-se às funções desempenhadas pelo provedor, hospitaleiro, enfermeiras, lavadeiras e escravos. De igual modo, a mais antiga carta da nomeação do ofício de

¹⁵ ANTT, Hospital de São José, livro 567, ff. 7-23v. Publicado por PINTO, 2011, 243-270.

enfermeiro, atribuído por D. Manuel a Fernão Colaço, em 1501, ao descrever as suas atribuições, indica muitas tarefas relacionadas com este aspeto¹⁶.

Sendo a limpeza uma das questões fundamentais, ao longo da história do hospital foram tomadas algumas medidas relacionadas com este tema. Uma resolução da Misericórdia de Lisboa, que geria o hospital, datada de 1695, ordenava que a lavagem da roupa do Hospital de Todos-os-Santos deixasse de ser feita em tanques e passasse a ser feita por lavadeiras em rios¹⁷.

Ainda relativamente à disposição dos leitos nas enfermarias, afirma o Regimento do Hospital de 1504, que estes estavam dispostos em ambos os lados da grande nave retangular que compunha a enfermaria, eram separados uns dos outros por tabiques e por detrás das camas existia um corredor, com portas de acesso a cada cubículo onde estavam as camas; por estas portas saíam os doentes para fazer as suas necessidades ou eram retirados os corpos dos que faleciam para não perturbar o ambiente da enfermaria. As necessárias estariam localizadas ao fundo deste corredor (**Regimento**, 1946 [1504], p. 72 e 75).

A fachada principal que dava para o Rossio correspondia às habitações dos profissionais que habitavam no hospital, alguns com saída direta para a rua; as enfermarias ficavam mais resguardadas e estavam destinadas a doentes com patologias específicas: feridos, mulheres, febres. A “casa das boubas”, prevista desde o início, para a cura de doentes de sífilis ficava afastada das restantes enfermarias e por baixo desta localizava-se a casa que recolhia pedintes andantes (LEITE, 1993, p. 11). Para evitar a disseminação das doenças entre os enfermos eram realizadas algumas ações como a troca diária de lençóis e a ventilação das estruturas, que pretendiam melhorias higiénicas. Além das condições que o próprio edifício previa e destas ações que se realizavam com o mesmo fim, e que marcavam o quotidiano da vida hospitalar, a

¹⁶ ANTT, Hospital de São José, Registos dos reinados de D. João II e D. Manuel, livro, 938, f. 24.

¹⁷ ANTT, Hospital de São José, Portarias da Misericórdia, caixa 390, maço 1, n.º 14.

existência de um corpo de profissionais de medicina e enfermagem permitiam uma maior eficiência do hospital como espaço salutogénico¹⁸.

É Nicolau de Oliveira que nos dá a conhecer um pouco mais de uma destas enfermarias referindo-se às suas características arquitetónicas:

se a infirmitade pede convalescencia o leuão [o doente] à enfermaria dos conualescentes, que he huma caza muy grande, esoaçozza e alegre, e muy própria, e accommodada pera conualescentes por estar no mais alto do hospital, e lhes dar o sol logo em nacendo, e ter três janellas resgadas, pelas quais entre no inverno, que no verão não entra o sol mais que por huma, que fica ao oriente (OLIVEIRA, 1620, f. 135v.).

Também um documento já do século XVIII, relativo a uma obra que se realizava numa casa destinada às amas, refere a preocupação com as condições de arejamento de uma das enfermarias. Ao refazer-se a casa em causa, alguns consideravam que as paredes tinham sido levantadas demasiadamente e “tirava algum ar a huma enfermaria de doudos”. Feita vistoria para verificar a situação, chegou-se à conclusão que “he muito pouco o que se levanta e na enfermaria dos doudos que se estende por toda huma varanda não hé sensível o prejuizo”. A obra acaba por ter parecer favorável do engenheiro militar Manuel de Azevedo Fortes e prossegue¹⁹.

A existência de varandas no hospital, como recurso arquitetónico, funcionando como espaços de transição e contacto entre o exterior e o interior, simultaneamente expostos ao exterior, mas protegidos, é referida em vários documentos. Em 1515, um pagamento a Afonso Gonçalves, mestre carpinteiro do rei, refere o trabalho realizado: “indireytar a parede da varanda do nosso spritall”²⁰; um outro documento, de 1550, menciona “as casas do dicto espritall que estam na varanda que vay pera sam domjngos”²¹ e um outro, de 1569, “cassas [...] que são deste ospital na varanda queesta sobre o pateo da cassa dos doudos”²².

¹⁸ Sobre este tema e os procedimentos cotidianos do hospital veja-se **Regimento**, 1946 [1504].

¹⁹ Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (AHSCML), CR-02-01-099.

²⁰ ANTT, Corpo Cronológico, parte 2, maço 62, n.º 108.

²¹ ANTT, Hospital de São José, Registos dos reinados de D. João II e D. Manuel, livro 938, f. 216.

²² ANTT, Hospital de São José, Registos dos reinados de D. João II e D. Manuel, livro 938, f. 267.

O hospital dispunha de duas cozinhas, uma específica para os sifilíticos, e espaços de apoios como dispensa, copa, refeitório e celeiro. Sendo a alimentação um dos elementos mais relevantes do processo curativo dos doentes, estes espaços assim com o seu equipamento eram fundamentais, como é possível constatar pelos inventários de bens do hospital²³.

Relativamente à separação dos espaços e a necessidade de movimento do exterior para o interior e vice-versa, e implicações sanitárias e de privacidade que estes fluxos poderiam ter, existem informações documentais que referem a existência uma consciência relativa a este tema. Em 1569, o cirurgião Álvaro Dias solicita a abertura de uma porta que ligue diretamente a sua casa, na rua da Betesga com o hospital, pois como “curava” na enfermaria dos males e tinha que se apresentar na “mesa das águas”, local onde eram admitidos os doentes assim que chegavam a hospital, tal porta facilitaria a sua chegada ao hospital havendo alguma emergência fora de horas na sua enfermaria. A porta seria para uso exclusivo do cirurgião e caso esta fosse usada por alguém da sua casa, ser-lhe-iam descontado do ordenado cem reais por cada vez que tal acontecesse²⁴.

Também, em meados do século XVIII, o secretário de estado Diogo de Mendonça Corte Real, reconhece a necessidade, de para “o bom serviço do Hospital Real de Todos-os-Santos”, se mandar abrir “uma porta por que se sirva o mesmo Hospital, para a parte do Rossio por baixo de um dos arcos dele”. Determina-se que a mesma “se abra no lugar que fica mais conveniente à proporção daquele edifício, mas que por ela não haja serventia de carros, nem de bestas, somente dos doentes, e mais pessoas que entrarem e saírem no referido Hospital”²⁵. É de destacar a

²³ Veja-se o já referido inventário de 1564 (PINTO, 2011, 243-270).

²⁴ ANTT, Hospital de São José, Registos dos reinados de D. João II e D. Manuel, livro 938, f. 267.

²⁵ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Livro 1.º de registo de consultas e decretos de D. José I, f. 80v. Anos antes, 1718, tinha sido mandada fechar todas as “serventias” existentes no hospital, por baixo dos arcos do Rossio, para a rua da Betesga e para a horta, ficando o hospital com uma só serventia, por ser conveniente ao serviço do hospital, ANTT, Hospital de São José, Registo Geral, livro 942, f. 103v.

recomendação do cuidado estético e a aplicação de um critério de separação de acessos, não se misturando os doentes e outras pessoas com animais e carros.

No hospital existiam ainda espaços diferenciados para a confissão dos doentes quando chegavam ao hospital; existiam duas capelas, com dois sacerdotes chamados “confessores da porta”, que tinham o encargo de confessar os doentes que chegavam ao hospital antes de entrarem para as enfermarias; existindo outros dois capelães para as confissões gerais, ou seja, para confessar aos enfermos nas enfermarias²⁶. A preocupação com a cura da alma era tão importante como a cura do corpo.

Relativamente ao escoamento de águas e imundices, bastante necessárias para manter salubre o ambiente no interior do edifício hospitalar, por baixo do edifício do hospital real passava um troço do cano real de São Domingos, conduta pública que desde meados do século XV encanava as ribeiras que percorriam os vales das atuais avenidas da Liberdade e Almirante Reis procurando assegurar o saneamento urbano e a salubridade pública. Este equipamento recebia também os esgotos urbanos incluindo os do Hospital de Todos-os-Santos (BUGALHÃO e TEIXEIRA, 2015, p. 93-94). Dada as características do edifício que se queria construir para acolher o hospital real de Lisboa, seria difícil construí-lo num espaço urbanizado com a intenção de aproveitar qualquer infraestrutura existente na cidade; embora esta questão fosse relevante, assim como a do abastecimento de água²⁷. Considera-se mais plausível que a forma como foi implementado no local tenha podido adaptar-se à existência das referidas infraestruturas, mais do e não que a escolha do local.

²⁶ AHSCML, IG/MS/05/01.

²⁷ O hospital dispunha de quatro poços, um em cada claustro, no entanto, tinha necessidade de comprar água como registam os livros de receita e despesa (ANTI, Hospital de São José, Livros de Registo de Despesas).

Durante o reinado manuelino, toda a cidade foi intervencionada em termos urbanísticos, mas também ao nível do saneamento básico, com o calcetamento das ruas, a limpeza de monturos e o concerto dos chafarizes.

4. O hospital e a cidade

As cidades eram palco de diversas iniciativas assistenciais, de maior ou menor dimensão ou impacto, distribuídas por todo o espaço urbano; destas iniciativas os hospitais representavam, desde meados do século XIII, “o componente de proteção social urbanisticamente melhor identificável” (tradução nossa)²⁸; a sua ação institucional materializava-se no espaço urbano com grande visibilidade, o que aumentava a atratividade e com ela as doações à instituição e que asseguravam a sua ação assistencial. Ou seja, “a materialidade dos hospitais mais importantes era, portanto, um contributo ao patriotismo cidadão, um fator da identidade urbana” (tradução nossa)²⁹, e por isso muito hospitais foram planeados arquitetonicamente atendendo a critérios estéticos muito cuidados e sucessivamente enriquecidos com diversas obras de arte (PICCINNI, 2016, p. 12). Por toda a Europa a fundação ou promoção de um grande hospital urbano era um instrumento indispensável para o bom governo das cidades, quer fosse promovido pelo rei, pelos poderes municipais ou pelas instâncias eclesiásticas.

A construção do novo Hospital Real de Todos-os-Santos teve um impacto urbano importante, configurou o espaço urbano, ajudando na definição dos espaços públicos e de circulação. Destacam-se dois momentos da sua história em que este impacto se efetivou: um primeiro com o início da sua construção e um segundo com a necessidade de reconstrução da cidade após o Terramoto de 1755.

²⁸ “i nuclei di protezione sociale urbanisticamente meglio identificabili”.

²⁹ “La materialità degli ospedali più importanti era, perciò, un contributo al patriottismo cittadino, un fattore dell’identità urbana”.

Relativamente ao primeiro momento, sobressai a escolha do local de construção do novo edifício hospitalar, numa zona periférica da urbe, mas na direção da qual se fazia já a expansão urbanística e para onde convergiram vias terrestres de acesso à cidade, logo viajantes:

da parte Norte se entra nesta Cidade por dous vales [...] pouoados de huma parte de muy nobres casas, e da outra de muy grandes, e frescas hortas e por estes dous vales se vem a dar em hum grande recio, chamado assim per sua excellencia de sua grandeza, e fermosura, em o qual se faz cada semana às terça feiras humma muy grande feira (OLIVEIRA, 1620, f. 117v.).

Este espaço urbano em desenvolvimento será estruturado com a construção do hospital que permite o surgimento de uma nova praça – o Rossio – que viria a ser, e ainda o é presentemente, uma das mais emblemáticas da cidade. O planeamento e a conceção urbanística da cidade procuravam também promover a saúde pública tendo em conta diversos recursos, como as espaços e ambientes terapêuticos ou de assistência médica, como era o caso do novo e moderno Hospital de Todos-os-Santos.

A cidade quinhentista organizava-se em função de dois espaços, duas praças: o Terreiro do Paço e o Rossio; uma cidade em expansão que, descendo da colina do castelo, se alarga para oeste, primeiramente na faixa ribeirinha, mas depois também para o interior, antes de se fixar definitivamente na zona junto ao rio. O Terreiro do Paço nasce nos finais do século XV, com a construção do Paço da Ribeira (c. 1501) que passa a ser a residência do rei, face ao palácio da alcáçova, espaço de origem medieval, localizado num ponto alto da cidade, no interior do castelo. Durante o século XVI, na zona ribeirinha da cidade começam-se a instalar-se as diferentes sedes institucionais que sustentavam o movimento expansionista português: Casa da Mina, Casa Índia, Taracenas, Celeiro do Trigo, entre outros (CARITA, 1999 e 2014).

O outro ponto era o Rossio, onde se localizava o Convento de São Domingos, o Palácio dos Estaus e onde se iria instalar o Hospital de Todos-os-Santos. Segundo a informação coeva de Cristóvão Rodrigues de Oliveira (1551), este espaço é descrito como um

[...] grande Rossio, que tem de comprido quatro centos passos e de largo duzentos e dez. À mão esquerda deste Rossio contra o Oriente, está a igreja de Nossa Senhora da Escada, e o mosteiro de são Domingos; e da mesma parte, prosseguindo na mesma ordem, está aquele mui grande e sumptuoso edifício Hospital de Todos-os-Santos (OLIVEIRA, [1554-1560], f. 47v.).

O local estava por urbanizar, assim, D. João II

[...] querendo prover e pondo por obra, e vendo como aquela parte do Rossio estava despejada e sítio bom para se fazer a tal obra como ora está edificada, o qual era dado pelos Reis passados a [os Frades de] S. Domingos, e por lhe não quebrar sua posse lhe pediu aquele sítio em que ora está assentado, e os Padres lho deram, e por ele lhe deu certos moios de trigo e cevada e certas casas (BRANDÃO, 1990, [1552], p. 123).

Como refere Barceló, o novo poder político da monarquia moderna também desenvolverá uma ação política destinada à construção de um espaço público moderno:

neste sentido, o hospital é concebido como um novo foco de renovação urbana extramuros. Certamente, na Idade Média este ‘espaço público’ não existia. Ou seja, não existia o funcionamento estatal que convertia o próprio estado e os seus âmbitos (a política) em elementos autónomos e perfeitamente diferenciados ou, dito de outro modo, não existia aquela linha que divide, atualmente, o espaço social e vital entre o âmbito próprio daquele que é considerado com público relativamente ao que é percecionado como privado. O hospital, porém, permite que seja possível que se gere um novo espaço que conceitualmente público, de todos e de ninguém, por definição (tradução nossa) (BARCELÓ, 2014, p. 17 e cf., FÉLEZ, 1979, p. 8.)³⁰.

A ampla fachada do Hospital de Todos-os-Santos marcava o lado deste espaço público, e é descrita pelo autor do *Sumário em que brevemente se contem algumas cousas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa*, como sendo formada por “trinta e cinco arcos (da parte de Rossio) em cima de quatro lanços” (OLIVEIRA, [1554-1560], ff. 46v.-47).

³⁰ “en aquest sentit, l’hospital es concebrà com un nou focus de renovació i de redifinició urbana extramurs. Certament, en l’edat mitjana aquest ‘espai públic’ no existia. És a dir, no existia el funcionament estatal que convertia al propi estat i al seus àmbits (la política) en elements autònoms i perfectament diferenciats o, dit amb altres paraules, no existia aquella línia que divideix, actualment, l’espai social i vital entre l’àmbit propi d’allò que és considerat com a públic respecte del que es percep com a privat. L’hospital, però, fa possible que s’origini un nou espai que conceptualment és públic, de tots i de ningú, per definició”.

Fig. 3 – Vista do Rossio anterior ao Terramoto de 1755



Fonte: 1787. Zuzarte (Assinado *Zuzarte f.1787*). Desenho inicial 1754/55?. Desenho aguarelado. Lisboa, coleção particular. Reprodução a partir de fotografia de José Artur Leitão Bácia. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/BAR/000954 - Arquivo Municipal de Lisboa.

Este emblemático elemento arquitetónico é também referido por Frei Nicolau de Oliveira (1620):

tanto este dormitório [Mosteiro de São Domingos] como o famoso edifício do Hospital de Todos-os-Santos estão fundados à faxe do Rossio, sobre trinta e cinco arcos de fortíssima pedraria, entre os quais e a parede interior fica um largo corredor, com trinta pés de largura, aproximadamente (OLIVEIRA, 1620, f. 118).

Sensivelmente semelhantes são os dados fornecidos por João Brandão de Buarcos (1552), referindo a arcaria com “vinte e cinco arcos de pedraria, com sua abóbada, que vai por baixo, que além do muito que honrou a obra, adornou a Cidade, por caso da feira que se faz no Ressio. Os quais arcos têm setenta e três braços de comprido e trinta e cinco de largo” (BRANDÃO, 1999 [1552], p. 125).

A arcaria era um espaço de serventia, que facilitava a circulação e a distribuição espacial do edifício e deste com outros, como era o caso da ermida de Nossa Senhora do Amparo, e protegia as pessoas das condições atmosféricas. Em 1688, a Misericórdia de Lisboa solicita à Câmara da cidade a concessão de um terreno para a construção de um recolhimento para donzelas. No documento refere-se que a pretensão só deveria ser aceite se o edifício fosse construído sobre arcos de pedra, deixando os vãos inferiores livres para a passagem pública, para que não fosse prejudicada a liberdade e comodidade do povo, e tal como se vê noutros locais da cidade, como no Rossio, onde só se permitiu construir sobre arcos na parte do Hospital e do Convento de São Domingos³¹.

Este elemento arquitetónico era igualmente um espaço de socialização e de vivência urbana. Às terças-feiras neste local vendiam-se “todas as espécies de panos de linho, caqui, cassa, Holanda, linhas, rendas, tranças, franjas, etc. Além de muito calçado, linho e estopa para fiar” (OLIVEIRA, 1620, f. 118). Em setembro de 1745, o enfermeiro-mor e tesoureiro do hospital pretendia desfazer a escadaria existente no adro da igreja do hospital e fazer umas novas à semelhança das que existiam na igreja Patriarcal, tendo por baixo 13 lojas que poderiam ser arrendadas por 700 reis em benefício do hospital, que não têm rendas nem esmolas suficientes para fazer face às despesas com os doentes³².

Destaque ainda para o facto do próprio espaço interior do hospital ser cenário de atos profanos, como as representações teatrais a que a família real e a corte assistiriam, transformando “os espaços de caridade em espaços cerimoniais, inscrevendo-os na ritualidade da corte” (SÁ, 1998, p. 41). O *Auto da Barca do Purgatório*, de Gil Vicente, foi apresentado na igreja do hospital, em 1518; e, já anteriormente, o *Auto de S. Martinho* tinha sido representado na igreja do Hospital das Caldas da Rainha

³¹ AML, Livro 9.º de consultas e decretos de D. Pedro II, ff. 289-294v.

³² AML, Livro 21.º de consultas e decretos de D. João V do Senado Ocidental, ff. 133-136.

(1504). Além disso, ao hospital de Todos-os-Santos pertencia o pátio das comédias – Pátio das Arcas, instalações específicas, de carácter público, para a arte teatral.

Também a igreja do hospital de Todos-os-Santos é destacada por diversos autores coevos, mais pelo seu impacto exterior, urbano, do que pelas suas características arquitetónicas, nomeadamente as interiores. João Brandão alude a que “tem além desta bondade uma realza de portal da igreja, com dezanove degraus muito quadrados, com seu tabuleiro, que se não achará outra daquela maneira” (BRANDÃO, 1999 [1552], p. 124) e Frei Nicolau de Oliveira (1620) menciona que

um dos braços da cruz [que compõem a planta do hospital] é ocupado por uma formosa e grande igreja, com porta para o rossio. Sobe-se para lá por uma escada de pedra[...] de vinte e um degraus; o primeiro desses degraus tem de comprimento, à face do chão do rossio, setenta e seis pés, e de largura, até à parede, sessenta e quatro. Estes degraus vão diminuindo até chegar ao último [...] Entra-se na igreja por um portal muito trabalhado e artificioso; deve ser dos melhores de Portugal (OLIVEIRA, 1620, f. 118v-119).

Esta descrição, assim como as imagens que subsistem do edifício confirmam o seu carácter cénico, ou seja, a forma cenográfica com que o edifício foi concebido; um edifício com um forte carácter simbólico, pois albergava uma instituição cuja principal função era o cuidado dos mais necessitados. São de especial destaque as representações quincentistas: a panorâmica de Lisboa (atrib. António de Holanda) da *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão (c.1534-1540), a vista de Lisboa conservada na Biblioteca da Universidade de Leiden (c.1540-1550) e os gravados “Lisabona” (1572 [c. 1550]) e “Olissippo” (1598 [desenho de c.1555-1565]) de Braun & Hogenberg, entre outras. Das representações posteriores ao século XVI, destaca-se a figuração da fachada principal do Hospital de Todos-os-Santos num painel de azulejo, da 1.^a metade do séc. XVIII, que se conserva no Museu de Lisboa.

Como destaca Piccinni, a “grandeza” destes hospitais urbanos tornou-se símbolo monumental da magnificência das cidades, tal como as catedrais ou os edifícios dos poderes políticos, pois “os habitantes da cidade reconheciam-se nos

hospitais” (tradução nossa) (PICCINNI, 2016 p. 12-13)³³. E por isso, Bianchi alerta: “não se pode descurar o aspecto propagandístico da reforma [da assistência]: a arquitetura hospitalar fornecia um prestigante cartão de visita às cidades” (tradução nossa) (BIANCHI E SŁOŃ, 2006, p. 34)³⁴.

Fig. 4 – Planta topographica, e exacta do Sitio, que comprehende a Ilha em que estava edificado o Hospital Real de Todos os Santos desta Cidade, o Convento de São Domingos e Cazas assim do Ill.mo e Exm.o Marquês de Cascaes, como as dos particulares



Fonte: 1750. Guilherme Joaquim Paês de Menezes e Thomas Roiz da Costa. Planta. BNP, D. 100 R. Acessível em: <https://purl.pt/22488>.

Um segundo momento fundamental da relação do hospital com a cidade ocorre durante a reedificação da mesma após o terramoto de 1755. O espaço ocupado pelo hospital mantém-se nos planos de reconstrução, tendo o traçado final da cidade considerado a arquitetura do edifício, conforme evidenciam as plantas setecentistas do projeto de reconstrução conservadas no Instituto Geográfico e Cadastral.

³³ “gli abitanti delle città si riconoscevano negli ospedali”.

³⁴ “non va trascurato l’aspetto propagandistico della riforma: l’architettura ospedaliera forniva un prestigioso biglietto da visita per la città”.

Reconheciam-se, no enquanto, questões relacionadas com a insuficiência do hospital, mas a realização de uma construção de um novo hospital, de raiz, acarretava uma verba muito avultada que dificilmente poderia ser investida num momento de crise generalizada como era o do pós-terramoto (SILVA, 2019, 111-112). Para a reconstrução do Rossio existiram diversas propostas, todavia a que foi escolhida procurava “corrigir o irregular formato quadrilateral da Praça do Rossio”, optando-se por “emendar a orientação e avançar a implantação dos edifícios a si voltados, o que acentuou o recuo da igreja dominicana, a única construção daquela face a manter o alinhamento original”; abriram-se diversas ruas que ligavam a praça a outras vias e locais da urbe e regularizaram-se e uniformizaram-se as fachadas dos edifícios que fechavam a praça, incluindo a do hospital, de acordo com o Cartulário Pombalino (SILVA, 2019, pp. 113-114).

A reconstrução das enfermarias foi iniciada logo após o terramoto; em março de 1756, já quatro das enfermarias estavam reconstruídas para receber os doentes e feridos que estavam dispersos por vários locais da cidade e era ainda intenção repararem-se mais duas enfermarias, S. Camilo e São Francisco³⁵. Em 1761, decorriam obras de carpintaria, pois em junho desse ano é pedido ao enfermeiro-mor do hospital que ateste que António Rodrigues Gil, mestre carpinteiro do Hospital Real de Todos-os-Santos, tinha um barco que servir para transportar materiais para as obras do hospital³⁶.

Todavia, já estando a obra em curso, em setembro de 1769, uma carta régia doa o edifício do Colégio de Santo Antão ao Hospital Real, o que acarretaria uma mudança na intervenção. A transferência do hospital, e a conseqüente não reconstrução do edifício no Rossio, constituía uma oportunidade para a aquisição de um grande lote de edifícios e terrenos no local e permitiria uma intervenção mais

³⁵ ANTT, Hospital de São José, Registo Geral (1501-1606), livro 943, f. 13v.

³⁶ ANTT, Hospital de São José, Registos do Enfermeiro Mor Jorge Machado de Mendonça, livro 1104, f. 53.

profunda neste espaço, que de novo se configurava na cidade (SILVA, 2019, p. 118-119).

Uma ordem de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, à Misericórdia de Lisboa indica claramente

ultimamente manda Sua Majestade prevenir a Vossa Excelência que para a mesma economia será conveniente que se principiem a fazer no edifício novo [do Colégio de Santo Antão] as acomodações respectivas às enfermarias que jazem no lado ocidental do Hospital antigo para que o terreno que estas desocuparem se possa ir arrematando porque é o mais precioso em razão de ficar com as frentes na boa praça do Rossio e sua maior vizinhança³⁷.

O adro da igreja é desmanchado e parte do edifício hospitalar demolido, a partir da década de 70 do século XVIII; os materiais construtivos vendidos a diferentes compradores. Simultaneamente decorrem obras no Colégio de Santo Antão para o adaptar à função hospitalar; os primeiros doentes são transferidos para o local, em 1775.

Estes dois momentos basilares da história do hospital, mas também da cidade, principalmente o último, demonstram como este hospital, o seu edifício e arquitetura, ou seja, como uma instituição de promoção da saúde e um espaço destinado ao apoio aos mais carenciados membros da cidade, que a própria cidade provê, se tornou num fator de desenvolvimento da capital e um elemento determinante do seu urbanismo.

5. Considerações finais

O Hospital de Todos-os-Santos, o mais relevante estabelecimento destinado à assistência existente em Lisboa – por ser o primeiro hospital moderno, por ser de proteção real, pela sua ação assistencial ter um enorme impacto, por ser local de

³⁷ ANTT, Hospital de São José, Registo Geral, livro 943, ff. 137v.-139.

formação de médicos e por ter e gerir um significativo poder económico e financeiro – destacou-se como instituição, mas também como espaço. Foi inovador a estes dois níveis. Foi um projeto régio que constituiu um lugar experimental e um modelo a aplicar nos restantes territórios do reino, dito de outro modo, com o Hospital Real de Todos-os-Santos criou-se “um modelo hospitalar à escala do reino” (SÁ, 1998, p. 44). Este seria implementado com a promulgação, em 1514, do “Regimento de como os contadores das comarcas hão de prover sobre as capelas, hospitais, albergaria, confrarias, obras, terças e resíduos”, documento que agrega, amplia, sistematiza e generaliza a todo o reino o conteúdo dos Regimentos do Hospital de Todos-os-Santos e das Capelas de Lisboa.

Além da questão institucional, o Hospital Real de Todos-os-Santos inaugura em Portugal um modelo arquitetónico igualmente inovador, generalizado em Itália e aplicado noutros hospitais europeus, e difundido pela tratadística arquitetónica italiana. A história institucional deste hospital é inseparável da questão arquitetónica, ou seja, o Hospital Real de Todos-os-Santos é fundado no contexto da reforma da assistência e da reorganização hospitalar, reunindo-se os pequenos hospitais medievais numa outra instituição hospitalar de maiores dimensões, o que origina a necessidade de construir um novo edifício para acolher a nova instituição. A oportunidade de construir de raiz apresenta todos um conjunto de potencialidades ao nível das planimetrias, organização espacial, implantação urbana, conceção estética, ornamentação, entre outros. Não só em Portugal, mas a nível europeu, esta reforma da assistência, que teve uma importante componente de reorganização institucional, possibilitou o surgimento da arquitetura hospital autónoma, que dariam aos hospitais uma ênfase específica, não apenas a nível urbanos, mas sobretudo funcional, enquanto espaço para o tratamento e cura de doentes.

O modelo arquitetónico escolhido e implementado no hospital de Todos-os-Santos seguia a inovadora proposta testada no hospital de Milão e em muitos outros hospitais italianos, especialmente do Norte da península, revelando a atualização

estética da escolha portuguesa. O hospital real de Lisboa exhibe dois dos três elementos que definem o cânone da arquitetura hospitalar italiana – a planta em cruz grega e o pátio. O terceiro elemento é a galeria porticada que atribuiu aos hospitais italianos uma aparência exterior muito característica e urbanisticamente reconhecível. Este elemento não aparece no Hospital de Todos-os-Santos, embora a sua fachada principal também seja emblemática em termos artísticos e urbanísticos, constituída por uma arcada sobre a qual assenta o pano de muro, estrutura característica da Lisboa quinhentista (CARITA, 2014, p. 26-27). Resulta assim um edifício híbrido, que decorre da assimilação de um modelo importado, mas que incorpora elementos característicos da construção local.

Construído num local pouco urbanizado, o edifício iria desempenhar em diversos momentos um importante papel no urbanismo ou na reurbanização da cidade. Moldou o espaço urbano em dois momentos distintos e decisivos da história da cidade, nos séculos XVI e XVIII. Curiosamente em duas épocas de época de expansão e de renovação, embora por motivos distintos, a primeira relacionada com o movimento dos descobrimentos e da expansão territorial e marítima, em que a cidade crescia devido à grande afluência de gentes e mercadorias de diferentes proveniências e na segunda devido ao terramoto e à necessidade de reconstrução da capital do reino. Presença do hospital na cidade fazia-se sentir principalmente pela sua paradigmática fachada, com uma morfologia e decoração muito característica, onde se destacava alguma simbólica régia, embora as representações iconográficas que subsistem não sejam consistentes, pois tanto representam o pelicano, emblema de D. João II, ou a esfera armilar, emblema de D. Manuel, ou ambos; em pelo menos uma gravura surge também o camaroeiro, emblema de D. Leonor, mulher de D. João II e irmã de D. Manuel, a instituidora da confraria da Misericórdia de Lisboa, uma das mais importantes iniciativas assistenciais que ocorreria em Portugal nos finais do século XV e que iria suscitar um conjunto de fundações semelhantes por todo o reino. Apesar desta inconsistência, estamos em crer que esta simbólica régia existiria na fachada, marcando o patrocínio e a proteção real à instituição e ao edifício, aliás, como

sucedem em edifícios coevos, como são os Mosteiros de Santa Maria de Belém ou a Torre dos Jerónimos.

Fig. 5 – Portal do Hospital de Todos-os-Santos



Fonte: c. 1861. Desenho de Pereira. *Arquivo Pittoresco*, 1861, tomo IV, n.º 27, p. 213. Acessível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt>

No edifício do Hospital Real de Todos-os-Santos podemos considerar três dimensões: uma funcional, inerente à sua função de espaço da saúde, e por este motivo o hospital era concebido arquitetonicamente de um determinado modo, com uma determinada planimetria e organização espacial, integrava determinados elementos arquitetônicos e em determinadas épocas sofreu alterações arquitetônicas para melhor cumprir essa mesma função; outra estética, o edifício hospitalar era também um objeto artístico, foi concebido cuidadosamente, e por isso, muitas vezes, foi destacado pela sumptuosidade e magnificência e foi representado em diversas pinturas e gravuras; tem, por fim, uma função simbólica, representava um ideal cívico, é símbolo do bom governo da cidade, numa época em que se começa a procurar a promoção do bem comum e uma coresponsabilização para a justiça social.

As arquiteturas e ambientes de assistência, designadamente os considerados modernos, seriam assim instrumentos de promoção da saúde e da cura – a sua principal função, mas também infraestruturas de desenvolvimento urbano, de afirmação dos poderes políticos e públicos e de uma consciência cívica. Realidades das quais o Hospital Real de Todos-os-Santos é exemplo ao longo da sua história.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Laurinda. A especificidade do sistema de assistência pública português: linhas estruturantes. **Arquipélago: História**. 2.^a série, VI, p. 417-434, 202.
- ABREU, Laurinda. **The political and social dynamics of poverty, poor relief and health care in Early-Modern Portugal**. London and New York: Routledge, 2016.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. A reforma da assistência nos reinos peninsulares. Cadernos do Noroeste. **Série História**. N.º 19 (1-2), p. 177-198, 2002.
- BARCELÓ PRATS, Josep. **Poder local, govern i assistència pública: el cas de Tarragona**, Tese de doutoramento, Universitat Rovira i Virgili, 2014.
- BIANCHI, Francesco; SŁOŃ, Marek, Le riforme ospedaliere del Quattrocento in Italia e nell'Europa centrale. **Ricerche di storia sociale e religiosa**. Vol. XXXV, n.º 69, 2006.

BOCCADORO, Sandro. The history of the organization of healthcare. In: LANDINI, Giancarlo. **Santa Maria Nuova through the centuries: medicine surgery, healthcare, art and culture in the hospital of the Florentines**. Firenze: Edizioni Polistampa, 2019.

BRANDÃO [de Buarcos], João. **Grandeza e abastança de Lisboa em 1552**. Ed. ALVES, José Felicidade. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

BUGALHÃO, Jacinta; TEIXEIRA, André. Os canos da Baixa de Lisboa no século XVI: leitura arqueológica. **Cadernos do Arquivo Municipal**. 2.^a serie, n.º 4, p. 93-94, 2015.

CAETANO, Joaquim Oliveira. Uma arquitectura de Estado. In: CURTO, Diogo Ramada. **O tempo de Vasco da Gama**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

CARITA, Hélder. Da 'Ribeira' ao Terreiro do Paço: génese e formação de um modelo urbano. In: FARIA, Miguel Figueira de. **Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio: história de um espaço urbano**. Lisboa: UAL/INCM., p. 13-35, 2014.

CARITA, Hélder. **Lisboa manuelina: formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

CARMONA, Mário Reis de. **Hospital Real de Todos os Santos da Cidade de Lisboa**. Lisbon: Author's Ed., 1954.

CARVALHO, Augusto da Silva. **Crónica do Hospital de Todos-os-Santos**.(Lisbon: s. n., 1992.

CORREIA, Fernando da Silva. A Origem dos Grandes Hospitais Portugueses. In: **Actas do Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências**, tome IV, 1944, p. 445-452.

DIANA, Esther, The architecture and the image of the hospital. In: LANDINI, Giancarlo. **Santa Maria Nuova through the centuries: medicine surgery, healthcare, art and culture in the hospital of the Florentines**. Firenze: Edizioni Polistampa, 2019.

FÉLEZ LUBELZA, Concepción. **El hospital real de Granada: los comienzos de la arquitectura publica**. Granada: Editorial Universidad de Granada, 1979.

GÓIS Damião de. **Descrição da cidade de Lisboa pelo cavaleiro português Damião de Góis**. Trans., introd. e notas ALVES, José Felicidade. Lisboa: Livros Horizonte, 1998 (Edição original em latim **Vrbis Olisiponis descriptio per Damianum Goem equitem lusitanum**. Évora: em casa de André de Burgos, 1554).

MOITA, Irisalva. **V Centenário do Hospital Real de Todos-os-Santos**. Lisboa: Correios de Portugal, 1992.

PICCINNI, Gabriella. I Modelli ospedalieri e la loro circolazione dall'italia all'europa alla fine del medioevo. In: CAVERO DOMÍNGUEZ, Gregoria. **Civitas bendita: encrucijada de las relaciones sociales y de poder en la ciudad medieval**. León: Universidad de León, Área de Publicaciones, 2016.

PINHO, Joana Balsa de Pinho. Antecedentes e componentes da reforma da assistência em Portugal nos alvares da modernidade. In: **O Hospital Real de Todos-os-Santos: Lisboa e a Saúde**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2020a (no prelo).

PINHO, Joana Balsa de Pinho. Portugal e a Europa: as dimensões da reforma da assistência (séc. XIV-XVI). In: **O Hospital Real de Todos-os-Santos: Lisboa e a Saúde**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2020b (no prelo).

PINTO, Pedro. Inventário do Hospital de Todos-os-Santos (Lisboa) em 1564. **Revista de Artes Decorativas**. N.º 5, p. 243-270, 2011.

RESENDE Garcia de. **Livro das obras de Garcia de Resende [...], vay mais acrescentado nocomente a este liuro huma Miscellanea em trouas do mesmo auctor [...]**. Évora: em casa de André de Burgos, 1554.

OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de. **Sumario em que brevemente se contem algumas cousas (assi ecclesiasticas como seculares) que ha na cidade de Lisboa**. Lisboa: em casa de Germão Galharde, [1554-1560].

OLIVEIRA, Nicolau de. **Livro das grandezas de Lisboa, composto pelo padre frey Nicolao d'Oliveyra religioso da Ordem da Sanctissima trindade e natural da mesma cidade**. Lisboa: Jorge Rodrigues, 1620.

PACHECO, António. **De Todos-os-Santos a São José. Textos e contextos do «espiritual grande de Lixboa»**. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2008.

PEREIRA, Paulo (ed.). **Hospital Real de Todos os Santos séculos XV a XVIII: catálogo**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1993.

Portugaliae monumenta misericordiarum [PMM]. Dir. PAIVA, José Pedro. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, Universidade Católica Portuguesa, 9 volumes, 2002-2011.

RAMOS, Rute. **O Hospital de Todos os Santos: história, memória e património arquivístico (séc. XVI-XVIII)**. Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, 2019.

Regimento do Hospital de Todos os Santos. Lisboa: Laboratório Sanitas, 1946.

SÁ, Isabel dos Guimarães. A reorganização da caridade em Portugal em contexto Europeu. **Cadernos do Noroeste**. Vol. 11 (2), p. 31-63, 1998.

SALGADO, Anastácia. **O Hospital de Todos-os-Santos, Assistência à pobreza em Portugal no século XVI para o Brasil, Índia e Japão.** Lisbon: By the Book, 2015.

SERRÃO, Vítor. **A cripto-história de arte: análise de obras de arte inexistentes.** Lisboa: Livros Horizonte, 2001.